
**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS –
PRODEMGE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2009 E DE 2008**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, criada pela Lei Estadual nº 6.003, de 12 de outubro de 1972, é uma sociedade de economia mista com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, e suas atividades compreendem, preferencialmente, a execução dos serviços de tecnologia da informação para órgãos e entidades da administração pública, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, que é o acionista majoritário, podendo ainda, por força da Lei Estadual n.º 12.325, de 08 de Outubro de 1996, estender seus serviços à iniciativa privada.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações contábeis

a.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cujos procedimentos e princípios se constituem nos princípios fundamentais de contabilidade.

a.2. Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para o registro de direitos e obrigações, observado o princípio do conservadorismo. Essas estimativas abrangem vida útil de ativos imobilizados, perdas com contingências, entre outras.

(b) Apuração do resultado

b.1. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias, que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre ativos e passivos circulantes e não-circulantes.

(c) Permanente

Está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com base em índices oficiais, combinados com os seguintes aspectos:

c.1. Imobilizado – O imobilizado da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, reavaliado com base em avaliação efetuada por peritos independentes, em relação às contas de terrenos, edificações/instalações deduzidos da correspondente depreciação, que é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa n.º 4, que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens;

c.2. Intangível – Em cumprimento ao disposto no art. 179, inciso VI da Lei 6.404/76, com redação da Lei 11.638/07, a Companhia transferiu os bens denominados como software e aplicativos próprios e os gastos com direitos de uso de sistemas adquiridos de terceiros, anteriormente classificados como Diferido para o grupo de Intangível. Os valores classificados como Software e Aplicativos próprios não sofrem amortização, devido à sua

constante atualização, conforme avaliação de peritos independentes. Os valores estão demonstrados na nota explicativa nº 6.

Em atendimento ao Ofício nº 770/2009, de 10/08/2009, do Comitê de Governança Corporativa, a Prodemge adotou o critério de reconhecer tais perdas, com a baixa gradual dos Softwares e Aplicativos Próprios, à base de 20% ao ano. No ano de 2009 o valor foi de R\$8.559.815.

A Reserva de Reavaliação realizada no período, decorrente dessa baixa, perfaz o valor de R\$5.870.466 (vide nota explicativa nº 10).

Permanece no Patrimônio Líquido o montante de R\$23.481.864, a título de Reserva de Reavaliação ainda não realizada.

(d) Demais passivos circulantes e não-circulantes

d.1. Estão apresentados pelos valores conhecidos ou estimados, adicionados dos correspondentes encargos e variações monetárias e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de cada ano.

3. CONTAS A RECEBER

| | R\$ | |
|--|-------------------|------------------|
| | 2009 | 2008 |
| Estado de Minas Gerais: | | |
| Administração Direta | 9.474.501 | 2.334.958 |
| Administração Indireta | 292.737 | 660.631 |
| Outros | 100.448 | - |
| Serviços Realizados a Faturar | 10.961.684 | - |
| | 20.829.370 | 2.995.589 |
| Contas a receber – Iniciativa Privada (Cert.Digital) | 16.731 | 36.649 |
| Contas a receber – Prefeituras | 472.812 | 377.144 |
| Total | 21.318.913 | 3.409.382 |

4. SERVIÇOS REALIZADOS A FATURAR

Os serviços prestados e entregues aos clientes durante o exercício de 2009, que não foram faturados, estão contabilizados sob o título de Serviços Realizados a Faturar, totalizando R\$10.961.684 – Nota Explicativa nº 3.

5. IMOBILIZADO

| | 2009 | | | R\$ 2008 | |
|----------------------------------|------------------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|-----------------------------|
| | Custo corrigido e reavaliado | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | Taxas Anuais de depreciação |
| | Terrenos | 10.400.000 | - | 10.400.000 | 10.400.000 |
| Edificações | 14.655.033 | 3.580.373 | 11.074.660 | 7.876.917 | 4% |
| Equipamentos processamento dados | 28.311.211 | 13.473.172 | 14.838.039 | 8.808.290 | 20% |
| Móveis, utensílios e ferramentas | 1.754.100 | 997.663 | 756.437 | 676.170 | 10% |
| Rede de comunicação via satélite | 3.846.049 | 3.492.118 | 353.931 | 478.847 | 7% |
| Veículos | 424.692 | 164.262 | 260.430 | 340.826 | 20% |
| Outros | 21.406 | - | 21.406 | 21.406 | - |
| | 59.412.491 | 21.707.588 | 37.704.903 | 28.602.456 | |

A reserva de reavaliação de Edificações realizada no exercício, decorrente da depreciação, perfaz o valor de R\$98.547 no final de 2009 e R\$98.547 em 2008.

Permanece no patrimônio líquido o montante referente à reserva de reavaliação de R\$11.157.562, ainda não realizado, referente a Terrenos e Edificações.

A Companhia optou por manter a reserva de reavaliação existente até a sua efetiva realização - art. 6º da Lei 11.638/07.

6. INTANGÍVEL

| | R\$ | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 2009 | 2008 |
| Softwares e Aplicativos Próprios | 34.359.261 | 42.949.076 |
| Direito de Uso de Sistemas | 12.886.651 | 5.587.932 |
| | 47.245.912 | 48.537.008 |

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

| | R\$ | |
|--------------------------------|-------------------|------------------|
| | 2009 | 2008 |
| PASEP | 3.929.030 | 3.662.088 |
| INSS | 1.286.871 | 1.200.144 |
| COFINS | 1.482.019 | 970.308 |
| Honorários e ordenados a pagar | 2.342.052 | 1.955.396 |
| FGTS | 457.615 | 427.582 |
| Plano Previd. PREVIMINAS | 1.299.950 | 1.242.594 |
| Contribuições retidas na fonte | 72.953 | 245.248 |
| | 10.870.490 | 9.703.361 |

A Companhia possui um passivo contingente de PASEP, abrangendo o período de junho de 1999 a dezembro 2002, no valor de R\$3.356.168, cuja questão está “sub-judice”.

8. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS

| | R\$ | |
|--------------------------|---------------|----------------|
| | 2009 | 2008 |
| CURTO PRAZO | | |
| Previminas | 81.823 | 296.418 |
| Total Curto Prazo | 81.823 | 296.418 |
| LONGO PRAZO | | |
| Previminas | - | 74.105 |
| Total Longo Prazo | - | 74.105 |
| TOTAL | 81.823 | 370.523 |

9. REFIS – PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

| | R\$ | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 2009 | 2008 |
| DÉBITO CONSOLIDADO | 37.758.119 | 37.758.119 |
| Compensação de Prejuízos fiscais e de Base de Cálculo Negativa de CSSL | (8.041.659) | (8.041.659) |
| Outras Compensações | (257.685) | (257.685) |
| Dívida líquida consolidada | 29.458.775 | 29.458.775 |
| Pagamento de parcelas | (13.298.732) | (10.992.854) |
| Atualização monetária | 21.556.454 | 20.256.908 |
| Saldo devedor REFIS | 37.716.497 | 38.722.829 |
| Ajuste a valor presente (longo prazo) | (18.946.935) | (21.207.332) |
| Ajuste a valor presente (curto prazo) | (86.612) | (42.700) |
| Saldo devedor REFIS a valor presente | 18.682.950 | 17.472.797 |
| Menos: Passivo circulante | (1.318.972) | (1.249.468) |
| Exigível a longo prazo | 17.363.978 | 16.223.329 |

Em 28 de abril de 2000, visando ao parcelamento de impostos e contribuições federais vencidos até 29 de fevereiro do mesmo ano, a Companhia manifestou sua opção, aderindo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, nos termos estabelecidos pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e legislação complementar.

À época, para efeito de compensação da dívida a ser refinanciada, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social geradas em exercícios anteriores nos valores de R\$36.487.920 e R\$32.105.883, respectivamente, para amortizar parcela substancial dos valores das multas e dos juros incluídos no parcelamento, observado o limite de 15% dos prejuízos fiscais e de 8% das bases negativas de contribuição.

O saldo devedor do REFIS atualizado devidamente pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vem sendo quitado em parcelas mensais equivalentes a 1,5% da receita bruta em um prazo que se estima findar em 2037.

Para o cálculo do valor presente do débito junto ao REFIS, foram adotadas as seguintes premissas:

- Calculado o valor médio dos pagamentos efetuados de janeiro de 2001 a dezembro de 2009;
- O montante do débito em 31 de dezembro de 2009, devidamente atualizado pela TJLP até esta data, foi dividido pelo valor médio dos pagamentos, encontrando o valor constante de cada parcela e o prazo para suas liquidações;
- O valor presente do débito foi obtido descontando-se o fluxo de pagamentos à taxa de 0,5 % a.m., correspondente à TJLP do 4º trimestre de 2009.

Em garantia do parcelamento pleiteado junto ao REFIS, foi oferecido o imóvel onde se localiza a sede da Companhia.

A Companhia vem liquidando regularmente os impostos e contribuições vencidos após 29 de fevereiro de 2000, condição essencial para a sua permanência nesse programa.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital Social

O capital social está representado por 77.227.838 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

- Reserva de reavaliação

Decorre da reavaliação dos bens do imobilizado, efetuada pela Companhia em 1989, 2001 e 2007, (vide Nota explicativa nº 5). É transferida para prejuízos acumulados na proporção em que os bens objeto de reavaliação são realizados por depreciação, venda ou baixa.

A Reserva decorrente da Reavaliação de Softwares e Aplicativos Próprios será realizada a partir de 2009, da forma constante na nota explicativa nº 2, item c.2.

Realizado em Dez/09, o valor de R\$5.870.466, referente a realização da Reserva de Reavaliação de Software e Aplicativos Próprios (vide Nota Explicativa nº 5).

11. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, como seguem:

| | |
|--|--------------|
| Veículos: estão segurados a valor de mercado | |
| Instalações (edificações, estoques de filmes e fitas magnéticas, materiais do almoxarifado): | R\$6.010.000 |
| Equipamentos de microinformática e de grande porte: | R\$6.960.920 |
| Certificação Digital: | R\$1.000.000 |

12. APOSENTADORIA E FUNDO DE PENSÃO – PASSIVO ATUARIAL

A Companhia, desde 01 de outubro de 1994, é uma das patrocinadoras da PREVIMINAS – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios previdenciários concedidos pela previdência oficial aos seus empregados. Na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa n.º 7, o exigível da Companhia perante a Fundação totaliza R\$1.299.950 em 2009 e R\$1.242.594 em 2008.

Em decorrência do patrocínio desses benefícios previdenciários, a Companhia assumiu, em 27 de março de 1998, um débito de R\$13.217.852, a título de financiamento do passivo atuarial, existente na data de criação do plano, a ser pago no prazo de 240 meses, contados a partir de maio de 1998.

Em 31 de dezembro de 2009, o valor presente do débito é de R\$10.429.296, e de R\$11.263.668 em 2008, restando ainda 100 parcelas.

13. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia possui passivos contingentes relativos a questões judiciais para as quais a administração, baseada em relatório dos seus assessores jurídicos internos, constituiu provisão no montante de R\$3.019.160 em 2009 e R\$4.483.203 em 2008, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer durante o exercício de 2010.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, e o imposto de renda a 15%, mais adicional de 10%, sobre o lucro tributável, ambos em atendimento às disposições fiscais em vigor.

As despesas de contribuição social e imposto de renda apropriadas no resultado durante o exercício de 2009, foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

| | CONTRIB. SOCIAL | IMPOSTO RENDA |
|---|----------------------------|--------------------------|
| RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IR/CS | 32.054.023 | 32.054.023 |
| Adições | | 6.656.210 |
| | 6.656.210 | |
| Exclusões | <u>(12.857.282)</u> | <u>(12.937.859)</u> |
| LUCRO REAL/BASE POSITIVA C. SOCIAL | 25.852.951 | 25.772.374 |
| Compensação prejuízos fiscais e bases negativas | <u>(7.755.885)</u> | <u>(7.731.712)</u> |
| RESULTADO TRIBUTÁVEL | 18.097.065 | 18.040.661 |
| Incentivos fiscais – PAT | - | (108.244) |
| Provisões | <u>1.628.736</u> | <u>4.377.921</u> |

Após as compensações efetuadas no exercício de 2009, Companhia ainda possui R\$12.742.984 de bases de cálculos negativas da contribuição social e R\$13.608.068 de prejuízos fiscais, a serem compensados com resultados positivos futuros, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) para cada exercício fiscal, na forma da lei.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renata Maria Paes de Vilhena – Presidente
Isabel Pereira de Souza
Fernando Félix Vera Cruz
Catão de Castro Neto
José Domingos Filho
Nelson de Andrade Reis
Luiz Vicente Ribeiro Calicchio Filho

DIRETORIA EXECUTIVA

Isabel Pereira de Souza – Diretora-Presidente
Cássio Drummond de Paula Lemos – Diretor Vice-Presidente
Sérgio Augusto Gazzola – Diretor de Desenvolvimento de Sistemas
Nathan Lerman – Diretor de Negócios
Maria Celeste Cardoso Pires - Diretora de Gestão Empresarial
Raul Monteiro de Barros Fulgêncio - Diretor de Produção

CONSELHO FISCAL

Maria da Conceição Barros Rezende
Maria de Fátima Oliveira Ribeiro
Ricardo Almeida Marques Mendonça

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Ivete Valinhas

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Maria Kátia Lacerda de Oliveira
Contadora – CRC MG – 065.189/O-8